



Perceção do Funcionamento Familiar e da Parentalidade
em Jovens com Comportamentos Delinquentes Acolhidos em Centros Educativos

SARA RAQUEL DOS SANTOS PEREIRA

Dissertação apresentada ao ISMT para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica

Ramo de Especialização Terapias Familiares e Sistémicas

Orientadora: Professora Doutora Joana Sequeira

Coimbra, 2016

Agradecimentos

Ao longo destes cinco anos muitas foram as pessoas que me apoiaram neste percurso e a quem agradeço:

À professora Joana Sequeira por todas as orientações, pela sua disponibilidade e por sempre acreditar que seria possível realizar esta dissertação.

À professora Margarida Pocinho por toda a sua disponibilidade e ajuda com o tratamento dos dados estatísticos.

À Direção Geral de Reinserção Social pela autorização a recolher os dados necessários e ao Centro Educativo do Mondego, ao Centro Educativo Santo António e ao Centro Educativo Olivais pela disponibilidade em ajudar e por terem mobilizado recursos para agilizar todo o processo.

Ao meu pai e à minha mãe pela paciência e ajuda nos momentos de maior *stress*.

À Mariana Moniz por todas as horas de conversa sobre o mesmo, pelo apoio e pelo encorajamento... Principalmente por seres o meu “*peer group*”!

Ao meu namorado pela ajuda nas traduções, pela paciência, pelo incentivo nas horas de maior cansaço, pelo carinho e por me fazer rir em todos os momentos.

E a todos aqueles que direta e indiretamente me ajudaram na concretização deste trabalho.

*A todos,
Muito obrigada!*

Resumo

Esta investigação pretende estudar as famílias de adolescentes institucionalizados em Centros Educativos, tendo em conta a escassez de estudos sobre seu o funcionamento familiar e prática da parentalidade. Participaram 51 adolescentes institucionalizados em Centros Educativos de Coimbra, Porto e Guarda, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos de idades.

Para a realização do estudo foram utilizadas a *Escala de Delinquência Auto-relatada Adaptada* (ASRDS), a *Escala de Avaliação da Flexibilidade e da Coesão Familiar* (FACES-IV) e o *Questionário de Avaliação da Perceção das Práticas Parentais* (EMBU-A).

Dos resultados deste estudo constatou-se que os jovens institucionalizados percecionam ter praticado vários dos comportamentos delinquentes ($M=37.68$), sendo que os mais praticados em adolescentes com idade superior a 17 anos foram os relacionados com Crimes Rodoviários. Os jovens inquiridos avaliaram as suas famílias como equilibradas ($M_{\text{RácioCircumplexoTotal}}=1.51$), no entanto foi possível verificar resultados baixos na coesão equilibrada ($M=43.08$) e resultados elevados na flexibilidade equilibrada ($M= 61.90$). No que refere à satisfação familiar, os jovens sentem-se insatisfeitos com as suas famílias ($M=30.00$). Relativamente à parentalidade, relatam baixos níveis de suporte emocional ($M_{\text{mãe}}= 28,56$; $M_{\text{pai}}= 33,77$) e altos níveis de rejeição ($M_{\text{mãe}}=62.94$; $M_{\text{pai}}=60.65$).

Conclusões sobre os resultados e implicações práticas são apontadas.

Concluiu-se neste estudo que os jovens em medida de acolhimento institucional por prática de comportamentos desviantes não percecionam as famílias como disfuncionais mas estão insatisfeitos com elas e percebem, na parentalidade, pouco suporte emocional e elevados níveis de rejeição por parte dos pais.

O envolvimento da família é fundamental para o bem-estar do jovem. Neste sentido devem criar-se condições para que as famílias possam ser ajudadas a mudar aspetos problemáticos do seu funcionamento, a par com a manutenção dos contactos e relação com os jovens.

Palavras-chave: Funcionamento Familiar; Parentalidade; Delinquência

Abstract

This research intends to study the family functioning and parenting perceptions of institutionalized adolescents in Education Centers. Fifty-one adolescents institutionalized in Educational Centers of Coimbra, Porto and Guarda, between 14 and 18 years of age participated in this study.

The Adapted Self-Report Delinquency Scale (ASRDS), Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale (FACES-IV) and Parental Rearing Style Questionnaire for Adolescents (EMBU-A) were the instruments that composed the research protocol.

The results indicate that institutionalized Adolescents perceive to have practiced several delinquent behavior ($M = 37.68$), and Motor vehicle offenses were the most practiced among adolescents with 17 years or more. The participants perceive their families as balanced ($M_{\text{R  cioCircumplexoTotal}} = 1.51$), however it was possible to see lower results in balanced cohesion ($M = 43.08$) and high results in balanced flexibility ($M = 61.90$). Regarding family satisfaction, young people feel unsatisfied with their families ($M = 30.00$). In relation to parenting, were reported low levels of emotional support ($M_{\text{mother}} = 28.56$; $M_{\text{father}} = 33.77$) and high levels of rejection ($M_{\text{mother}} = 62.94$, $M_{\text{father}} = 60.65$).

This study conclude that adolescents institutionalized do not perceive their families as dysfunctional, but are unsatisfied with them. The adolescents realize that in parenting they have, low levels of emotional support and high levels of rejection in both parents.

Family involvement is crucial for the well being to the adolescents. In that way familys should have conditions for being helped and change problematic aspects in there family functional, so they must be in contact and relationship with them (adolescents).

Keywords: Family functioning; Parenthood; Delinquency

Índice

Introdução	1
Metodologia	7
Resultados	15
Discussão dos resultados	27
Conclusão	30
Bibliografia	32
Apêndices	35
Anexos	58

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 1990) afirma que é dever da família assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, educação, lazer, alimentação, cultura, dignidade, respeito, liberdade, à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente. Contudo, nem sempre os seus direitos são assegurados. Observando o elevado índice de menores em perigo e ou risco apercebemo-nos do grau de disparidade entre o que é estabelecido pela lei e a realidade. Segundo os relatórios estatísticos da Direção-Geral de Reinserção Social em 2013 foram institucionalizados 2969 jovens, sendo que 86% eram do sexo masculino, com 16 anos de idade, em 2014 na área tutelar educativa corresponderam um total de 2545 jovens, sendo que 2193 (86%) eram do sexo masculino e em 2015 estavam inseridos 2443 jovens em Centros Educativos, dos quais 2078 eram do sexo masculino.

Os jovens que têm trajetórias desenvolvimentais desviantes associadas à delinquência ou comportamentos antissociais, vêem-se coibidos do direito às oportunidades que seriam expectáveis na sua idade, no seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (Nascimento, Teodoro & Carvalho, 2004).

A família é determinante para a organização da personalidade, influenciando significativamente o comportamento individual através dos valores, das relações, da educação e da sociedade, uma vez que é responsável por proporcionar aos indivíduos o contexto relacional de base ao desenvolvimento individual e social, tendo em conta que as relações estabelecidas neste ambiente são promotoras de comportamentos potencialmente anti ou pro-sociais (Nascimento et al., 2004).

Este trabalho pretende estudar a percepção da parentalidade e do funcionamento familiar em jovens que são sinalizados por atos delinquentes, encontrando-se sobre medidas tutelares educativas em situação de acolhimento institucional.

A entrada de um filho na adolescência marca um período de transição do ciclo vital da família, que envolve sempre um certo potencial de crise. As mudanças que ocorrem no adolescente obrigam a mudanças em todo o sistema e cada um é forçado a procurar um novo lugar, novos papéis, novas relações com o exterior. A adolescência dos filhos tem influência direta no funcionamento familiar, constituindo-se, portanto, como um processo difícil e doloroso, tanto para os adolescentes como para os pais, uma vez que a família funciona a

partir de um conjunto de relações interdependentes com impacto em todos (Nascimento et al., 2004). Ou seja, a estrutura familiar, estabilizada até aqui, é posta à prova e tem que ser reformulada, no sentido de responder às necessidades e desafios colocados pelo adolescente (Gomes, 2013). Perante o conflito entre autonomia, coesão e manutenção da estrutura e padrões de funcionamento familiar pode ocorrer uma tentativa de anulação da necessidade de mudança mantendo um funcionamento rígido, que pode implicar limitações na autonomia dos filhos (Relvas, 1996). Por outro lado, “no extremo oposto, algumas famílias permitem ao adolescente uma abertura ao exterior demasiado precoce, que também compromete a sua normal socialização, tendo em conta que não se trata de um verdadeiro modelo de adaptação social mas de uma expulsão precoce para a vida social, e se essa expulsão defende os elementos contra a asfixia da relação, o ato delinquencial vai, paradoxalmente, obrigar à reaproximação” (Alarcão, 2002, p. 286).

Funcionamento Familiar, Parentalidade e Delinquência

A progressiva compreensão do funcionamento familiar e da sua importância na forma como os membros da família estão ligados emocionalmente e se comportam levou vários autores a considerar modelos complexos e integrativos, nomeadamente a perspectiva sistémica. Dentro do modelo sistémico, terapeutas familiares tais como Minuchin (1988 citado em Gomes & Gouveia-Pereira, 2014) e Ausloos (1996, citado em Gomes & Gouveia-Pereira, 2014) salientaram a importância da coesão e da flexibilidade familiar no desenvolvimento da delinquência juvenil (Gomes & Gouveia-Pereira, 2014). Guy Auloos refere o *double bind* cindido nas transações geradoras de conflitos, nas quais frequentemente intervêm segredos familiares e transmissão intergeracional de uma delegação comportamental feita ao adolescente. Assim sendo, as perturbações comportamentais dos adolescentes traduzem mensagens familiares não verbalizadas mas executadas (Benoit, 2004). No que concerne ao modo transacional destas famílias este é da ordem do caos, sendo que as “transações caóticas” se caracterizam pela inconsistência das regras e pela excessiva abertura do sistema e mudanças incessantes (Benoit, 2004). No que respeita à coesão familiar, sendo definida como a ligação emocional que os membros da família têm em relação uns aos outros (Olson, 2000), tem sido demonstrado que níveis de coesão extremamente baixos estão associados com vários aspetos da conduta desviante juvenil, tais como o comportamento delinvente, entre outros (Gomes, 2013). No que concerne à flexibilidade familiar, definida pela capacidade do sistema para a mudança, relações de poder

e regras, focando-se na estabilidade do sistema e da mudança (Olson, 2000). Segundo Gomes e Gouveia-Pereira (2014), níveis extremamente elevados de flexibilidade, ou seja um funcionamento familiar caótico, parece relacionar-se com vários aspetos do comportamento delinquente juvenil.

Várias são as variáveis familiares que podem influenciar o comportamento infrator, destacando-se o uso de drogas, a prática de delitos por algum membro da família, maior número de irmãos, punições físicas, negligência, reforço de comportamentos negativos, atribuição de responsabilidades pelos filhos a terceiros (como avós, tios, vizinhos). Práticas parentais inadequadas e inconsistentes também são apontadas como tendo forte influência para o desenvolvimento de condutas infratoras, como a negligência, o abuso físico e psicológico, disciplina permissiva, punição inconsistente e fraca monitorização têm sido associadas à delinquência juvenil (Nascimento et al., 2004).

É possível observar que as relações de poder dentro da família influenciam amplamente os estilos parentais e as práticas educativas utilizadas com os filhos. A falta de afeto ou a rejeição tem consequências negativas para o desenvolvimento. Se, na relação que se estabelece entre os pais e a criança, o afeto, a reciprocidade e o equilíbrio de poder não estão presentes, pode ocorrer prejuízo no desenvolvimento da criança, comprometendo as relações que ela virá a estabelecer com outras pessoas (Cardoso, 2013). Farrington (2002) aponta a disciplina errática ou demasiado restrita e a fraca supervisão por parte dos pais como um fator preditivo da delinquência. Quando os pais exercem um tipo de controlo comportamental excessivo é mais provável que os seus filhos apresentem problemas de externalização (Costa, 2011), como é o caso do comportamento delinquente. Nesta etapa do desenvolvimento, uma autoridade vista sem justificação, terá efeitos negativos na autoestima, competência e individualização do jovem. Por isso, considera-se que as formas mais eficazes de exercer controlo na adolescência são a utilização da razão, discussão de valores e modelagem.

Alguns estudos demonstram uma relação linear entre o comportamento desviante e níveis mais baixos, quer de coesão, quer de flexibilidade familiar (Blaske et al., 1989; McGaha & Leoni, 1995; Shields & Clark, 1995, cit. em Gomes, 2013). Gomes (2013) estudou 206 jovens, 127 do género feminino e 79 do género masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos de idade e Nardi e Dell’Aglio (2012) analisaram intensivamente três adolescentes em conflito com a lei, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos de idade. Ambos os estudos tinham como objetivo compreender como as famílias de jovens com comportamentos desviantes se caracterizam e se estruturam.

Concluíram que os jovens percebiam as suas famílias como pouco coesas. A baixa coesão caracteriza uma família que apresenta limites rígidos no seu interior e difusos com o exterior, fazendo com que os seus elementos funcionem de forma individualista, num registo que não é de verdadeira autonomia, como acontece nas famílias desmembradas (Alarcão, 2002). No estudo de Gomes (2013) ainda foi possível concluir que das subescalas disfuncionais apenas a subescala de coesão desmembrada estava significativamente correlacionada com o comportamento desviante. Da mesma forma, nas subescalas disfuncionais da flexibilidade familiar, apenas a flexibilidade caótica se correlacionou significativamente com a conduta juvenil desviante. Esta refere-se a uma família em que os papéis não estão bem definidos e podem ocorrer frequentes trocas entre os indivíduos, falta de rotinas e regras, havendo uma impulsividade marcada nas tomadas de decisões (Olson, 2000). No estudo de Nardi e Dell'Aglio (2012) foi ainda possível verificar que, devido à baixa coesão familiar, existia um certo distanciamento dos pais e, consequentemente, fragilidades na monitorização e na supervisão dos filhos, não se verificando práticas educativas parentais eficazes, como a monitorização positiva e comportamentos pró-sociais (Carvalho & Gomide, 2005).

Neves (2013) realizou um estudo sobre estilos educativos parentais, com 178 adolescentes, sendo que 87 (48,9%) eram do sexo masculino e 91 (51,1%) do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos de idade. No que diz respeito ao agregado familiar, 58,4% dos participantes viviam com os pais (incluindo mãe/pai e padrasto/madrasta), 36,5% são oriundos de uma família monoparental e, apenas 5,1% vivem com outros familiares (avós, tios). Verificou-se que não existiam diferenças significativas em função do agregado familiar (família nuclear, família monoparental e outros familiares) e a prática de comportamento antissocial e o comportamento delincente. No que respeita à análise da relação entre a percepção que os jovens têm acerca das práticas parentais e os comportamentos antissociais e delinquentes nos adolescentes, observou-se a existência de correlação negativa entre os comportamentos delinquentes e a supervisão parental, ou seja, quanto maior for a supervisão parental, menor será a perpetuação de comportamentos antissociais e comportamentos delinquentes. A responsividade parental não se correlacionou com os comportamentos delinquentes (Neves, 2013). No estudo de Fernandes (2012), os resultados obtidos assumiram uma dimensão oposta à levantada pela maioria dos estudos realizados na área dos comportamentos delinquentes. Participaram 81 jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 18, sendo que 32 dos jovens encontram-se institucionalizados num Centro Educativo e 49 jovens encontravam-se a frequentar o ensino regular numa

escola. Deste estudo concluiu-se que os jovens do Centro Educativo percebem nos seus pais o estilo educativo autorizado, vendo-os como apoiantes, combinam o afeto eficazmente, apresentam uma elevada responsabilidade e exigência, contrariamente ao que seria esperado. Prevendo-se inicialmente que os jovens institucionalizados em Centros Educativos identificassem como estilos educativos predominantes o autoritário e/ou negligente, o que não se verificou (Fernandes, 2012).

Glowacz e Gavray (citado em Carvalho & Esteves, 2009) com base no modelo de Olson et al. (1979, citado em Carvalho & Esteves, 2009) encontraram correspondências entre o controlo exercido pelos pais e a separação relativa à família. Constataram que nos homens predomina o padrão de funcionamento «descomprometido-caótico», revelando que a demissão parental encorajaria a persistência da delinquência. Convém advertir que numa lógica sistémica a causalidade assume-se como sendo circular, onde “o sintoma delinquencial pode ter uma função familiar, nomeadamente na gestão das relações entre a família e a sociedade” (Alarcão, 2002, p. 279).

O estudo realizado por Paula e Assumpção (2013) teve como objetivo verificar a existência de condutas desviantes em famílias nas quais já foram observados outros comportamentos semelhantes. Participaram 60 adolescentes do sexo masculino, com idades compreendidas entre 14 e 17 anos, no entanto apenas 30 dos jovens se encontravam a cumprir medida educativa. Através deste estudo foi possível verificar que familiares dos jovens a cumprir medida educativa, já tinham estado em instituições socioeducativas ou em regime de detenção, assim como existia uma maior utilização de drogas ilegais. As famílias que apresentam um membro com problemas de conduta punidos legalmente provavelmente têm outros elementos com problemática similar, possivelmente o problema da conduta delinvente afeta a família enquanto unidade. Ao analisarem os resultados obtidos, concluiu-se que existe um elevado número de famílias desorganizadas na população delinvente, o que poderá ser considerado um fator de permanente *stress* para a população infantil, uma vez que não pode recorrer a um familiar quando se sente ameaçado ou em dificuldades, não facilitando, por isso, a saúde emocional e a inserção social (Paula & Assumpção, 2013).

Moreira (2013) estudou 120 adolescentes, sendo que 60 jovens eram alunos da Escola E.B. 2/3 de Passos José em Matosinhos com um percurso comportamental normativo e 60 jovens com processo de Promoção e Proteção na EMAT de Matosinhos por comportamentos desviantes, 30 jovens do género masculino e por 30 jovens do género feminino, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos de idade. O objetivo foi verificar se existia relação

entre a ausência de um suporte afetivo seguro nos jovens e o seu envolvimento em atividades delinquentes. Os resultados do presente estudo apontam para que, na sua maioria, os adolescentes inseridos num meio familiar problemático, onde as demonstrações de afeto e as relações de confiança são escassas, venham a ter mais probabilidade de desenvolver comportamentos delinquentes (Moreira, 2013). O mesmo acontece no estudo realizado por Sobreira (2015), onde 44 famílias de risco, que constatou uma correlação estatisticamente significativa entre os comportamentos antissociais e delinquentes e a percepção da rejeição parental, ou seja, quanto maior a percepção da rejeição paterna e materna maior a probabilidade de os adolescentes cometerem atos antissociais e delinquentes. Segundo os resultados obtidos ressalta-se que nas famílias com adolescentes que apresentam comportamentos antissociais, os pais tendem a manifestar menos afeto e mais hostilidade, bem como mais expectativas negativas, demonstrando uma maior dificuldade em estarem de acordo. Além de se associar a disfunção parental a problemas internalizantes, há indicadores importantes que levam a supor que a rejeição parental seja um excelente preditor de problemas externalizantes, incluindo delinquência (Sobreira, 2015).

Também neste sentido Carvalho e Gomide (2005) vão as conclusões de um estudo onde participaram 41 famílias de adolescentes (14,63% eram do sexo feminino e 85,37% do masculino), em conflito com a lei, cuja idade variava entre 13 e 18 anos, a cumprir medidas socioeducativas e de proteção. O objetivo da investigação foi perceber as semelhanças e divergências em relação às práticas educativas utilizadas nas famílias. Concluiu-se que o estilo educativo parental era de risco. Por motivos de trabalho, muitos dos pais permaneciam o dia todo fora de casa, não podendo dar atenção e atender às necessidades dos seus filhos, que ficavam muito tempo na rua sem o conhecimento dos pais. Um aspeto extremamente significativo é que este estudo indica que os pais e as mães percebem as práticas educativas da mesma forma que os filhos as percebem.

No estudo realizado por Nunes (2014), foram recolhidos dados de 12 jovens do sexo masculino a cumprir Medida Tutelar Educativa de internamento num Centro Educativo, 2 em regime fechado e 10 em regime semiaberto, com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos de idade. Este estudo procurou compreender, através da percepção dos jovens, quais as características da organização, funcionamento e dinâmicas familiares, bem como o papel que a família desempenha na prática criminal dos jovens e ao longo do cumprimento da medida de internamento. Na percepção dos jovens relativamente ao comportamento educativo parental, foi possível verificar dois cenários, por um lado os jovens revelavam nos seus

contextos de origem uma postura de desobediência às regras, por outro os pais pareciam não assumir uma atitude ativa no estabelecimento de limites e de disciplina, bem como na supervisão e monitorização dos seus comportamentos. Em alguns casos esta atitude mais permissiva parece ser acompanhada de uma demissão progressiva das suas responsabilidades parentais, nomeadamente na atitude face aos comportamentos transgressivos dos descendentes, o que vai de encontro à tendência das famílias com jovens delinquentes de exercerem práticas disciplinares menos restritivas e mais erráticas identificadas pelas investigações (Nunes, 2014).

Ainda quanto à parentalidade, Williams e Smalls (2015) investigaram 91 pais (26 eram pais, 64 mães e 2 outro parentesco) que tinham os filhos internados num centro de detenção na Carolina do Sul e compreender o impacto que as práticas educativas parentais têm no comportamento delinvente do jovem. Através do *Alabama Parenting Questionnaire* foi possível constatar que maioria dos pais têm uma supervisão permissiva em relação ao filhos e práticas disciplinares inconsistentes. A supervisão permissiva e as práticas disciplinares inconsistentes estavam positivamente relacionadas com a reincidência dos jovens em centros de detenção. Assim, foi possível concluir através deste estudo que o envolvimento dos pais é necessário para prevenir comportamentos delinquentes, através da parentalidade positiva (Williams & Smalls, 2015).

Conclui-se que os comportamentos delinquentes na adolescência se associam a dificuldades individuais mas, também, ao funcionamento da família e à parentalidade, em particular, não sendo porém os estudos muito conclusivos e unânimes quanto ao tipo de funcionamento e parentalidade que parece vulnerabilizar mais o jovem no sentido da trajetória delinvente. Pretende-se assim com este trabalho aprofundar este estudo, através da análise da percepção de funcionamento da família e da parentalidade em jovens com comportamentos delinquentes em acolhimento institucional.

Metodologia

Objetivos

Esta investigação pretende estudar a percepção que os jovens adolescentes, em acolhimento, com comportamentos delinquentes, têm acerca do funcionamento da sua família e da parentalidade. Os objetivos específicos são: 1) compreender a percepção dos jovens sobre a prática dos comportamentos delinquentes; 2) avaliar a percepção dos jovens quanto à coesão

e flexibilidade familiar; 3) perceber a satisfação dos jovens com em relação à sua família; 4) avaliar a perceção dos jovens quanto à parentalidade.

Participantes

Os participantes foram recrutados por conveniência, em centros educativos no país. Participaram um total de 56 sujeitos do sexo masculino (100%) com média de idade de 16 anos, variando entre os 14 e os 19 anos. Os participantes estão inseridos nos Centros Educativos do Mondego (46,43%), Olivais (32,14%) e Santo António (21,43%), são estudantes, sendo que a sua maioria frequenta o 2º ciclo de escolaridade (41,1%). Considerando a falta de preenchimento de várias questões das escalas, foram excluídos da investigação cinco participantes, constando no total 51 jovens participantes.

Tabela 1

Caracterização Sociodemográfica dos Participantes

	N	%	Média (Moda)	DP	Mínimo	Máximo
Instituição em que cumpre Medida Tutelar Educativa						
Coimbra	18		Guarda			
Porto	9					
Guarda	24					
Sexo						
Masculino	51	100	Masculino	-	-	-
Idade						
14 – 16	20		15,55 (17)	5,17	14	19
17 – 19	29					
Escolaridade						
2º Ciclo	24	47,1	3º Ciclo			
3º Ciclo	25	49,0				
10º ano	1	2,0				
Universidade	1	2,0				
Reprovações						
1º Ano	3		5º Ano			
2º Ano	3					
3º Ano	7					
4º Ano	9					
5º Ano	25					
6º Ano	12					
7º Ano	13					
8º Ano	2					
9º Ano	0					

N = número de participantes; DP = desvio padrão

Referente aos dados dos participantes sobre a sua situação de acolhimento, verifica-se que os jovens se encontram na sua maioria em regime Semiaberto (67,9%), seguido de Fechado (21,4%) e Aberto (8,9%). No que concerne ao motivo de entrada no Centro Educativo, a maioria refere ter sido por prática de crime de Tráfico de estupefacientes, Roubo ou Furto (55,41%) e Ameaça, Ofensa à integridade física ou Agressões (29,73%) (apêndice 2).

Conforme se pode verificar na tabela 2, à data e antes da entrada no Centro Educativo 64,7% os participantes residiam com a sua família nuclear, residiam com Famílias de Acolhimento 11,8%, em LIJ 11,8% e em CAT's 9,8%. Quanto à tipologia das famílias são na sua maioria Famílias Alargadas (48,2%), constituídas por mãe, pai, filhos, avós e tios. A maioria dos jovens participantes não tem irmãos acolhidos (76,8%), nem familiares detidos (55,1%). No entanto 44,9% têm familiares em instituições prisionais, sendo o motivo mais frequente o "tráfico" (8,3%).

Tabela 2

Dados relativos à família dos participantes

	N	%	Média/Moda	DP	Mínimo	Máximo
Habitação prévia ao CE						
CAT	5	9,8				
LIJ/lar	6	11,8				
Família de Acolhimento	6	11,8				
Centro Educativo	1	2,0				
Família	33	64,7				
Tipologia Familiar						
Família Nuclear	14	28,6				
Família Monoparental	10	20,4				
Família Alargada	24	49,0	Família Alargada			
Outro	1	2,0				
Irmãos acolhidos						
Sim	5	10,7				
Não	42	76,8	Não			
Familiares Detidos						
Sim	22	44,9				
Não	27	55,1				
Familiares Detidos – Motivo						
Tráfico	4	8,3				
Roubo	2	4,2				
Agressões	2	4,2	Tráfico			
Tráfico e Roubo	3	6,3				

N = número de participantes; DP = desvio padrão

Procedimentos

A presente investigação foi realizada em Centros Educativos com jovens com comportamentos delinquentes.

Foi solicitada autorização à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e posteriormente aos Centros Educativos do Mondego, Olivais e Santo António. Para que os jovens pudessem participar no estudo. Após receção da aceitação do estudo todos os participantes do estudo foram questionados sobre a sua disponibilidade para participar e informados sobre a metodologia e o objetivo da investigação, assim como assegurado o total anonimato e confidencialidade dos dados pessoais recolhidos, tendo assinado um consentimento informado. Foram igualmente informados que o estudo desenvolvido será para fins académicos e curriculares do segundo ano de Mestrado, em Psicologia Clínica do Instituto Superior Miguel Torga.

Instrumentos

Para esta investigação será utilizado o Questionário Sociodemográfico e de dados complementares, o *Questionário de Avaliação da Perceção das Práticas Parentais* (EMBU-A), a *Escala de Avaliação da Flexibilidade e da Coesão Familiar* (FACES-IV) e a *Escala de Delinquência Auto-relatada Adaptada* (ASRDS).

O Questionário Sociodemográfico incide sobre os dados sociodemográficos e familiares dos participantes (idade, género, escolaridade, tempo de acolhimento e motivo e dados familiares).

A *Escala de Avaliação da Flexibilidade e da Coesão Familiar versão IV* (FACES IV) é composta por 62 itens referentes à coesão, flexibilidade, comunicação e satisfação familiar. A escala é composta por 6 subescalas, 2 equilibradas uma referente à coesão e outra à flexibilidade, e 4 subescalas desequilibradas, 2 da coesão desligada/desmembrada, emaranhada e 2 da flexibilidade - caótica e rígida. Cada subescala é composta por 7 itens, e as subescalas comunicação e satisfação contêm 10 itens cada (Sequeira, Cerveira, Silva, Neves, Vicente, Espírito-Santo & Guadalupe, 2015). Os itens estão distribuídos da seguinte forma: 1, 7, 13, 19, 25, 31 e 37 para a subescala da Coesão Equilibrada; 2, 8, 14, 20, 26, 32 e 38 para a subescala da Flexibilidade Equilibrada; 3, 9, 15, 21, 27, 33 e 39 na subescala Desmembrada; 4, 10, 16, 22, 28, 34 e 40 na subescala Emaranhada; 5, 11, 17, 23, 29, 35 e 41 na subescala Rígida; 6, 12, 18, 24, 30, 36 e 42 para a subescala Caótica; do 43 ao 52 para a subescala da Comunicação; e do 53 ao 62 na subescala da Satisfação.

Resultados baixos nas subescalas equilibradas são indicadores de um funcionamento familiar problemático, e pontuações elevadas são reveladoras de um funcionamento familiar saudável. No que diz respeito às subescalas de desequilibradas os resultados baixos indicam um funcionamento familiar saudável e as pontuações baixas um funcionamento familiar problemático (Sequeira, Cerveira, Silva, Neves, Vicente, Espírito-Santo & Guadalupe, 2015). No que refere à sua consistência interna, os valores de *Alpha de Cronbach* para cada subescala são os seguintes: 0,89 na Coesão Equilibrada; 0,84 na Flexibilidade Equilibrada; 0,87 na subescala Desmembrada; 0,77 na Emaranhada; 0,82 na Rígida; e 0,86 na Caótica (Olson, 2011). Nesta investigação os valores de *Alpha de Cronbach* para cada subescala apresentam-se na tabela 4, abaixo representada.

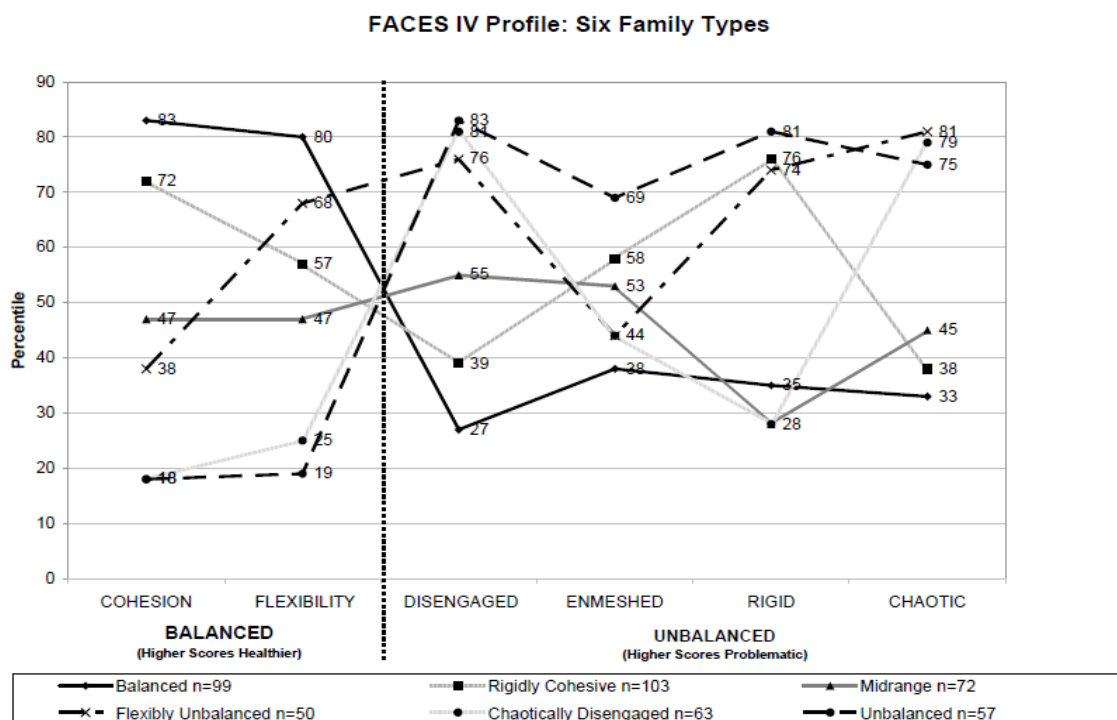
Tabela 3

Consistência Interna FACES IV (estudo atual e estudo de validação – Olson, 2011)

Subescalas	<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach</i> (Olson, 2011)
Equilibradas		
Coesão	0,825	0,89
Flexibilidade	0,796	0,84
Desequilibradas		
Desmembrada	0,638	0,87
Emaranhada	0,633	0,77
Rígida	0,748	0,82
Caótica	0,750	0,86
Comunicação	0,923	
Satisfação	0,929	
Total FACES IV	0,928	

Olson e Gorall (2006) encontraram seis tipologias familiares que se enquadram em famílias equilibradas, rigidamente coesas, médias, flexivelmente desequilibradas, caoticamente desmembradas e desequilibradas, dando origem à folha de perfil semelhante à do gráfico 1.

Gráfico 1. *Folha de perfil da FACES IV*



Seguidamente apresenta-se as seis tipologias familiares segundo Olson e Gorall (2006), que variam entre as famílias consideradas como saudáveis às mais problemáticas:

Cluster 1. Equilibradas (Balanced) – caracterizadas por pontuações elevadas nas subescalas equilibradas e por pontuações baixas nas subescalas desequilibradas. A combinação das pontuações apontam para um tipo de família com um elevado funcionamento saudável e baixo nível de funcionamento problemático.

Cluster 2. Rigidamente coesas (Rigidly Cohesive) – caracterizadas por pontuações elevadas na subescala da coesão e pontuação média na subescala flexibilidade, existindo níveis elevados de proximidade emocional e rigidez, fazendo com que tenham pouca capacidade de mudança.

Cluster 3. Médias (Midrange) – caracterizadas por pontuações médias em todas as subescalas, com exceção da subescala rígida, em que a pontuação pode ser muito elevada ou muito baixa. Estas famílias apresentam um funcionamento adequado, visto não se situarem nos níveis extremos.

Cluster 4. Flexivelmente Desequilibradas (Flexibility Unbalanced) – caracterizadas por pontuações elevadas em todas as subescalas exceto a subescala da coesão, em que a

pontuação é média ou baixa. Estas pontuações parecem indicar um funcionamento problemático, no entanto, as pontuações elevadas na subescala flexibilidade demonstram a capacidade que estas famílias têm de alterar as dimensões problemáticas quando necessário.

Cluster 5. Caoticamente desligadas (Chaotically Disengaged) – caracterizadas por pontuações baixas nas subescalas equilibradas e nas subescalas emaranhada e rígida e pontuações elevadas nas subescalas caótica e desmembrada. São consideradas famílias com problemas relacionados com a falta de proximidade emocional, ou seja, famílias desmembradas e que apresentam dificuldades na promoção da mudança.

Cluster 6. Desequilibradas (Unbalanced) – caracterizadas por pontuações elevadas nas quatro subescalas desequilibradas e pontuações baixas nas subescalas equilibradas. Estas famílias são consideradas mais problemáticas a nível do funcionamento geral, sendo as mais prováveis de surgir em terapia.

Com fim a avaliar o grau de equilíbrio ou desequilíbrio de cada família, em termos de coesão e flexibilidade familiar, Olson e Gorall (2006) criaram pontuações que permitem aceder ao rácio da Coesão Equilibrada, da Flexibilidade Equilibrada e ao rácio Circumplexo Total. Quanto mais os valores se apresentarem acima de 1, mais funcional é o sistema familiar e quanto mais os valores se apresentarem abaixo de 1, menos funcional é a família. O rácio da Coesão Equilibrada é obtido a partir da divisão da pontuação da subescala da Coesão Equilibrada pela média da soma das pontuações das subescalas Coesão Emaranhada e Coesão Desmembrada. O rácio da Flexibilidade Equilibrada obtém-se dividindo a pontuação da subescala da Flexibilidade Equilibrada pela média da soma das pontuações das subescalas Flexibilidade Rígida e Flexibilidade Caótica. Por fim, o rácio Circumplexo Total é calculado dividindo a média das subescalas Equilibradas (Coesão e Flexibilidade) pela média das pontuações das subescalas Desequilibradas (Emaranhada, Desmembrada, Rígida e Caótica) (apêndice 3).

A Escala de Delinquência Auto-Relatada Adaptada (*Adapted Self-Report Delinquency Scale* – ASRDS) (Pechorro, Vieira, Marôco, Barroso, & Gonçalves, 2015) é uma escala de autorresposta constituída por 35 itens sobre o envolvimento dos adolescentes em atividades ilegais e antissociais. Esta escala engloba sete fatores, nomeadamente: Roubo e furto (*Theft and burglary*) com 5 itens, Crimes rodoviários (*Motor vehicle offenses*) que inclui 6 itens, Crimes relacionados com drogas e álcool (*Drug-related offenses*) com um total de 6 itens, Agressão (*Assault*) com 4 itens, Vandalismo (*Vandalism*) de 6 itens, Crimes em contexto escolar (*School-related offenses*) com 3 itens e, por fim, Perturbação da ordem pública

(*Public disorder*) com 5 itens. A sua consistência interna foi calculada por *Alpha de Cronbach* obtendo-se os seguintes resultados: 0,87 para a subescala Roubo e Furto, 0,92 para Crimes Rodoviários, 0,82 para Crimes com drogas e álcool, 0,86 para a subescala Agressão, 0,76 para Vandalismo, 0,82 para a subescala de Crimes em contexto escolar, 0,69 para Perturbação da ordem pública e 0,96 para a escala total. Sendo os resultados maioritariamente iguais ou superiores a 0,70 na amostra total e nas suas dimensões (Cortina, 1993 cit. em Pechorro et al., 2015) a escala mostra uma boa fidedignidade. Para esta investigação os valores de *Alpha de Cronbach* serão apresentados na tabela 4.

Tabela 4

Consistência interna ASRDS (estudo atual e estudo de validação - Pechorro, Vieira, Marôco, Barroso, & Gonçalves, 2015)

Subescalas	<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach</i> (Pechorro, Vieira, Marôco, Barroso, & Gonçalves, 2015)
Roubo e Furto	0,827	0,87
Crimes Rodoviários	0,890	0,92
Crimes com drogas e álcool	0,845	0,82
Agressão	0,799	0,86
Vandalismo	0,826	0,76
Crimes em contexto escolar	0,761	0,82
Perturbação de ordem pública	0,722	0,69
Total ASRDS	0,956	0,96

A ASRDS prevê uma escala de resposta tipo *Likert* de 3 pontos (Nunca = 0, Algumas vezes = 1, Frequentemente = 2). Pontuações mais altas indicam maior envolvimento em atividade criminal. As pontuações obtidas na ASRDS podem ser utilizadas como um índice de atividade criminal, inclusive para obtenção de valores de incidência e de prevalência (Pechorro et al., 2015).

O Questionário de Avaliação da Percepção das Práticas Parentais (EMBU) para adolescentes é instrumento que tem por objetivo avaliar a percepção dos adolescentes relativamente aos estilos educativos parentais, sendo a avaliação realizada separadamente para o pai e para a mãe. Este questionário avalia os estilos parentais educativos em três dimensões: Suporte Emocional constituído por 19 itens (expressão de amor, apoio emocional

e aprovação), Rejeição com 19 itens (castigos e repreensões dados com o objetivo de modificar os comportamentos dos filhos e que são sentidos como rejeição por estes) e sobreproteção que inclui 10 itens (regras e normas rígidas impostas pelos pais e ao controlo excessivo por parte destes) A escala tem no total com 48 itens com resposta tipo Likert, de 4 pontos, que vai desde “Não, nunca” a “Sim, a maior parte do tempo” (Simões, Ferreira, Braga & Vicente, 2015).

No que refere à consistência interna da escala, os valores de Alpha de Cronbach revelam que a escala tem uma boa fidedignidade (tabela 5).

Tabela 5

Consistência interna EMBU A (estudo atual e estudo de validação – Lacerda, 2005)

Subescalas	Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach (Lacerda, 2005)
Sobreproteção		
Mãe	0,853	0,62
Pai	0,968	0,60
Suporte Emocional		
Mãe	0,728	0,88
Pai	0,820	0,88
Rejeição		
Mãe	0,935	0,86
Pai	0,936	0,86
Total EMBU A	0,854	

Resultados

Percepção dos jovens da prática de comportamentos delinquentes

Na tabela 6 apresenta-se os resultados relativos às respostas dos participantes na Escala de Delinquência Auto-Relatada Adaptada (ASRDS). Na globalidade e nas várias subescalas os participantes apresentam pontuações médias, o que significa que se percecionam como tendo praticado crimes, dentro das categorias previstas no questionário.

Tabela 6

Análise das Subescalas e Escala Total da ASRDS

Subescalas	N	M	DP	Intervalo	Mínimo	Máximo
Roubo e Furtos	44	4,32	2,74	0 – 15	0	9
Crimes Rodoviários	49	5,71	3,27	0 – 18	0	12
Crimes relacionados com drogas e álcool	49	0,75	3,52	0 – 18	0	11
Agressão	49	2,79	2,16	0 – 12	0	8
Vandalismo	48	0,51	0,46	0 – 18	0	2
Crimes em contexto escolar	50	1,20	1,63	0 – 9	0	6
Perturbação de ordem pública	48	5,13	2,32	0 – 15	0	10
Escala Total	44	37,68	14,18	0 – 105	14	79

N= número de participantes; M= média DP= desvio padrão

Os crimes rodoviários são, apesar do referido, os comportamentos mais frequentes (M=5,71), seguindo-se os crimes referentes a perturbação de ordem pública (M=5,13) e os relativos a roubo e furto (M=4,32). A escala total os resultados obtidos podem ser considerados elevados (M=37,68) pois a média da amostra forense obtida no estudo de validação do instrumento de foi de 30,77, para o sexo masculino, o que revela que os jovens estudados relatam mais comportamentos delinquentes.

Quando analisadas as diferenças existentes entre as idades dos jovens e as práticas de comportamentos delinquentes, verificam-se diferenças estatisticamente significativas na subescala referente aos crimes rodoviários, verificando-se que os jovens com idades superiores a 17 anos praticam com mais frequência este tipo de crimes (tabela 7).

Tabela 7

Diferenças entre a Idade dos Jovens e as Subescalas da ASRDS

Idade	Subescala	N	M	DP	t	df	p
14 – 16	Crimes Rodoviários	18	4,39	2,79	-0,345	45	0,022
17 – 19		29	3,97	3,97			

N= número de participantes; M= média; DP= desvio padrão; t= t-student; p= sig

Ao analisar as subescalas da ASRDS em função da tipologia da família dos jovens, verifica-se que os jovens provenientes de Famílias Alargadas praticam em maior número comportamentos delituosos, com maior prevalência nos crimes relacionados com drogas e álcool ($M=6,66$) e com menos prevalência nos crimes de vandalismo ($M=0,64$).

Tabela 8

Comportamentos Delinquentes e Tipologia Familiar

	Família Nuclear	Família Alargada	Família Monoparental	χ^2	P
	N	N	N		
Roubo e Furtos	11	22	9	1,712	0,425
Crimes com drogas e álcool	13	24	9	2,920	0,232
Crimes Rodoviários	13	24	9	0,601	0,740
Agressão	13	24	9	0,753	0,686
Vandalismo	13	23	9	2,485	0,289
Crimes em contexto escola	14	23	10	3,645	0,162
Perturbação de ordem pública	13	23	10	0,870	0,647

N= número de participantes; χ^2 = *Kruskal-Wallis test*; p = sig.

Apesar de existir menos jovens em Famílias Monoparentais ($N=10$), verifica-se que os valores médios nas subescalas da ARSRS são bastante próximos dos jovens em Famílias Alargadas ($N=24$). Ao analisar os resultados obtidos, ainda é possível constatar que todos os jovens provenientes de Famílias Alargadas ($N=24$) cometeram crimes relacionados com drogas e álcool, crimes rodoviários e agressões e das Nucleares todos os jovens inquiridos praticaram crimes em contexto escolar ($N=14$) (apêndice 4). Não foram verificadas

diferenças estatisticamente significativas no que refere à prática de comportamentos delinquentes tendo em conta a tipologia familiar (tabela 8).

Percepção do Funcionamento Familiar

Serão apresentados os resultados da percepção que os jovens têm da sua família, em particular das subescalas equilibradas e desequilibradas de coesão e flexibilidade, satisfação com a família e com a comunicação familiar.

A Tabela 9 apresenta os resultados obtidos nas subescalas equilibradas da *FACES*, ou seja a percepção de funcionalidade, na coesão e flexibilidade, sobre a família dos participantes.

Tabela 9

Resultados das Subescalas Equilibradas da FACES IV

Subescalas	Nível	N (% válida)	M	DP	Intervalo	Min.	Max.
Coesão Eq.	Algo coesa	21 (41,2)	43,08	28,25	10 – 99	10	99
	Coesa	18 (35,3)					
	Muito coesa	12 (23,5)					
	Total	51 (100,0)					
Flexibilidade Eq.	Algo flexível	5 (9,8)	61,90	25,30	10 – 99	10	99
	Flexível	18 (35,3)					
	Muito flexível	28 (54,0)					
	Total	51 (100,0)					

N= número de participantes; M= média; DP= desvio padrão

Relativamente à subescala da coesão, tendo em consideração que o intervalo da subescala varia entre 10 e 99, observaram-se resultados baixos na subescala equilibrada (M= 43,08), correspondente à percepção de que a família é algo coesa (40,0%). Na subescala da flexibilidade, com o mesmo intervalo, 54% dos participantes percecionam a família como muito flexível e 35,3% como flexível, sendo a média da subescala de 61,90.

Quanto às subescalas desequilibradas, verificam-se valores muito baixos nas subescalas Desmembrada (M=31,35; 43,1%) e Caótica (M=30,00; 49,0%) e resultados baixos nas subescalas Emaranhada (M=44,90; 37,2%) e Rígida (M=43,47; 31,4%), o que significa que os participantes não percecionam as suas famílias como Desmembradas, Caóticas. Apenas 2% dos participantes percecionam a sua família como desmembrada, 11,8% como emaranhada, 21,5% rígida e 4% considera a sua família caótica. Estes resultados significam que os jovens participantes não percecionam a sua família como disfuncional.

Tabela 10

Resultados das Subescalas Desequilibradas da FACES IV

Subescala	Nível	N (% válida)	M	DP	Intervalo	Mínimo	Máximo
Desmembrada	Muito baixo	22 (43,1)				12	99
	Baixo	18 (35,3)					
	Moderado	10 (19,6)					
	Alto	0 (0,0)					
	Muito alto	1 (2,0)					
	Total	51 (100,0)	31,35	15,60	10 – 99		
Emaranhada	Muito baixo	7 (13,7)				12	99
	Baixo	19 (37,2)					
	Moderado	19 (37,2)					
	Alto	3 (5,9)	44,90	17,26	10 -99		
	Muito alto	3 (5,9)					
	Total	51 (100,0)					
Rígida	Muito baixo	11 (21,6)				13	99
	Baixo	16 (31,4)					
	Moderado	13 (25,5)					
	Alto	9 (17,6)	43,47	19,58	10 – 99		
	Muito alto	2 (3,9)					
	Total	51 (100,0)					
Caótica	Muito baixo	25 (49,0)				10	99
	Baixo	18 (35,3)					
	Moderado	6 (11,8)					
	Alto	1 (2,0)	30,00	16,60	10 – 99		
	Muito alto	1 (2,0)					
	Total	51 (100,0)					

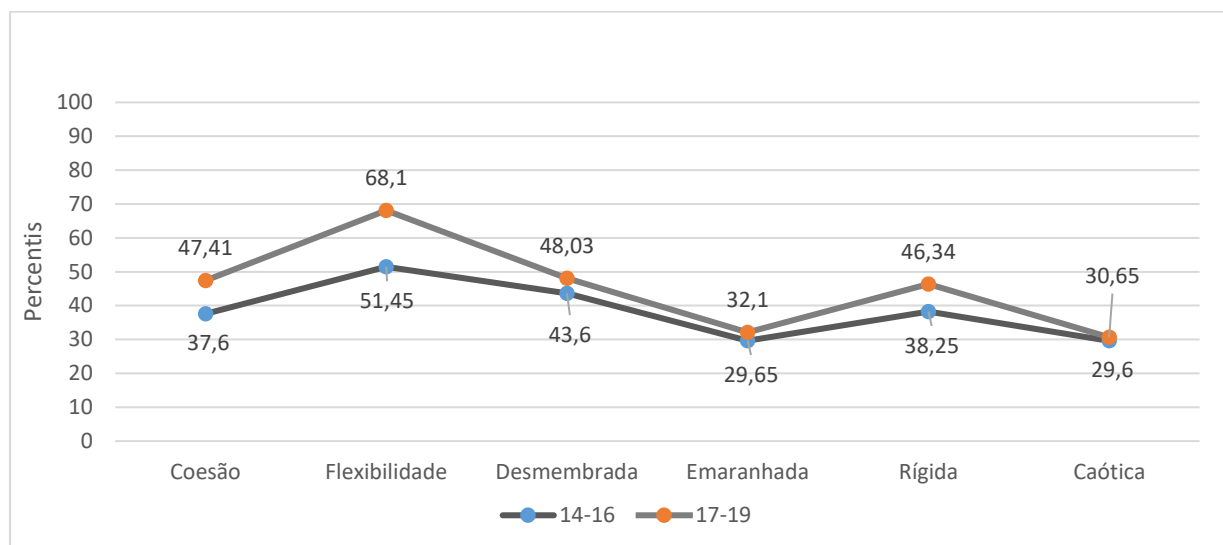
N= número de participantes; M= média; DP= desvio padrão

Seguidamente foram analisadas as famílias dos jovens segundo os seis tipos de famílias desenvolvidos por Olson e Gorall (2006) e as idades dos jovens participantes, através do preenchimento da folha de perfil da FACES IV (gráfico 2), sendo assim possível estudar e analisar na globalidade o funcionamento familiar.

Ao analisar a folha de perfil dos jovens participantes constatou-se que as suas famílias não se enquadram em nenhuma das tipologias descritas anteriormente por Olson. No entanto verifica-se que os jovens apresentam pontuações mais altas na subescala da flexibilidade equilibrada e pontuações mais baixas nas subescalas desequilibradas caótica e emaranhada.

Gráfico 2

Folha de perfil da FACES IV por idades dos jovens



Quanto à subescala da coesão equilibrada é possível constatar que os jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos de idade percebem a sua família como menos coesa em relação aos jovens com idades superiores a 17 anos de idade, verificando-se o mesmo para as subescalas desequilibradas desmembrada e rígida.

Tabela 11

Resultados das Subescalas Comunicação e Satisfação Familiar

Subescala	Nível	N (% válida)	M	DP	Intervalo	Min.	Max.
Comunicação							
	Muito baixo	10 (19,6)					
	Baixo	7 (13,7)					
	Moderado	13 (25,5)	51,84	30,11	10 – 99	10	99
	Alto	9 (17,6)					
	Muito alto	12 (23,5)					
	Total	51 (100,0)					
Satisfação							
	Muito baixo	18 (35,3)					
	Baixo	17 (33,3)					
	Moderado	9 (17,6)	30,00	19,24	10 – 99	10	66
	Alto	7 (13,7)					
	Muito alto	0 (0,0)					
	Total	51 (100,0)					

N= número de participantes; M= média; DP= desvio padrão

Na tabela 11 apresentam-se os resultados obtidos relativamente às subescalas da comunicação e da satisfação familiar. No que concerne às subescalas da Comunicação e da Satisfação, dos jovens participantes 25,5% sentem-se satisfeitos com a comunicação existente na família (moderado), apenas 19,6% classifica como muito baixa a sua satisfação com a comunicação existente na família (M=51,84).

Na subescala da satisfação familiar os resultados traduzem que 35,3% dos jovens estão muito insatisfeitos com a sua família (muito baixo) e também 33,34% estão insatisfeitos, ou seja, classificam como baixa a satisfação com a família (M=29,78).

Tabela 12

Resultados das Diferenças entre Idades na Subescala Coesão Equilibrada e Satisfação da FACES IV

Idade	Subescala	N	M (DP)	T	p
14 – 16	Coesão	20	37,60 (22,34)	-1,179	0,009
17 – 19		29	47,41 (32,23)		
14 – 16	Satisfação	18	21,30 (13,65)	-2,705	0,006
17 – 19		29	35,44 (20,41)		

N= número de participantes; M= média; DP= desvio padrão; t= *t-student*; p= sig.

De acordo com a idade foram encontradas diferenças significativas entre os jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos e com idade superior a 17 anos na subescala da Coesão Equilibrada, e de Satisfação (tabela 12). Os jovens com idades entre os 14 e os 16 apresentam valores mais baixos, em todas as subescalas equilibradas e desequilibradas, o que significa que percecionam a sua família como menos coesa (apêndice 5).

No que refere às subescalas da comunicação e da satisfação, foram encontradas diferenças significativas na subescala da Satisfação familiar. Os jovens com idades compreendidas entre os 17 e os 19 anos de idade sentem-se mais satisfeitos com a família. No entanto, apesar de não existirem diferenças significativas, é possível constatar que os mesmos se sentem igualmente mais satisfeitos com a comunicação familiar (apêndice 5).

Seguidamente apresenta-se na tabela 13 os resultados relativos aos rácios da coesão, da flexibilidade e total.

Tabela 13

Análise dos Rácios da Coesão, Flexibilidade e Total

Rácio	Nível	N (% válida)	M	DP
Coesão	Equilibrado	24 (47,1)	1,18	0,79
	Desequilibrado	27 (52,9)		
	Total	51 (100,0)		
Flexibilidade	Equilibrado	44 (86,3)	1,84	0,98
	Desequilibrado	7 (13,7)		
	Total	51 (100,0)		
Total	Equilibrado	38 (74,5)	1,51	0,82
	Desequilibrado	13 (25,5)		
	Total	51 (100,0)		

N= número de participantes; M= média; DP= desvio padrão

Segundo Olson e Gorall (2006) o rácio da coesão, da flexibilidade e ao rácio total, se forem acima de 1, mais saudável é o sistema familiar e se for inferior a 1, menos saudável é a família. Os resultados obtidos revelam que 27 participantes apresentam um rácio desequilibrado na subescala da coesão (M=1,18), 41 apresentam um rácio equilibrado na subescala da flexibilidade (M=1,84) e 38 no rácio total (M=1,51). Estes valores permitem constatar que a maioria dos jovens percecionam o funcionamento familiar funcional.

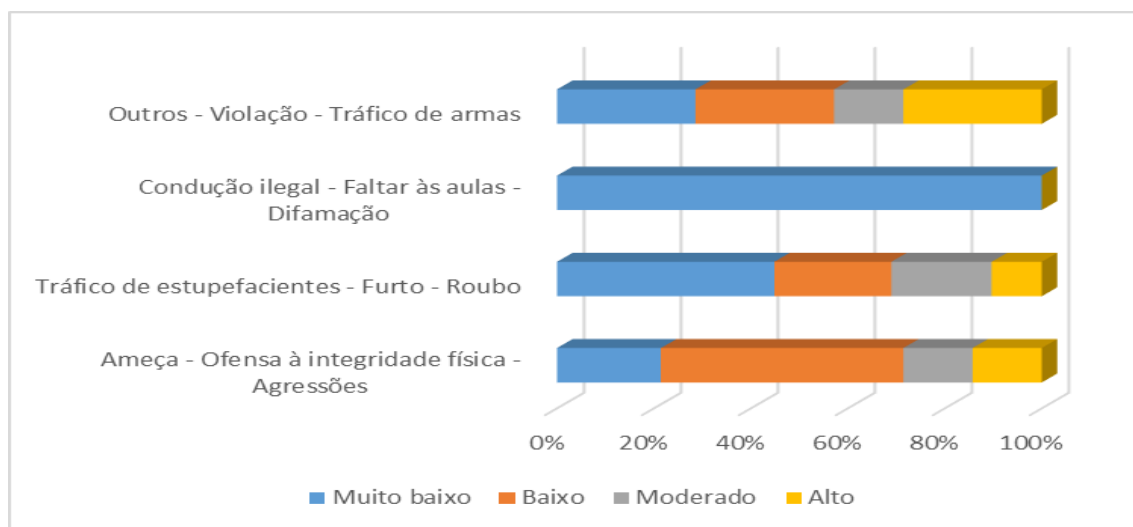
Seguidamente foi possível verificar que não existem diferenças significativas quanto ao motivo pelo qual os jovens estão institucionalizadas e a sua satisfação com a família (apêndice 6).

Através do gráfico 3 é possível verificar que os jovens que têm prática de crimes de condução ilegal, faltar às aulas e difamação estão todos muito insatisfeitos com a sua família e logo se seguida surgem os que praticaram tráfico de estupefacientes, furto e roubo. Apenas entre os jovens que praticaram crimes mais graves como violação, tráfico de armas, ameaças, ofensas à integridade física e agressões podemos encontrar alguns jovens (N=7) que estão moderadamente ou satisfeitos com a família.

No que concerne à comunicação que os jovens participantes percecionam nas suas famílias, não existem diferenças significativas, quanto aos motivos da sua institucionalização (apêndice 7).

Gráfico 3

Relação entre os Motivos da Institucionalização e a Satisfação dos Jovens com a Família



De acordo com a tipologia familiar dos jovens verifica-se que os jovens de Famílias Monoparentais percebem a sua família como mais flexível (66,50%) em comparação com os jovens provenientes de Família Nucleares (58,21%) e de Famílias Alargadas (63,42%). Na tabela 17 é ainda possível constatar que, apesar de existirem mais jovens provenientes de Famílias Alargadas (N=24) do que de Famílias Monoparentais (N=10), os primeiros percebem níveis mais baixos de coesão familiar (44,87%) e de flexibilidade (63,42%). No entanto os jovens provenientes das Famílias Alargadas percebem a sua família como mais caótica (31,71%) do que os restantes, o que poderá indicar que o funcionamento familiar seja mais disfuncional e, por consequência, os jovens inseridos nesta tipologia familiar pratiquem maior número de comportamentos delinquentes (apêndice 8).

Percepção da Parentalidade

A tabela 14 apresenta os resultados referentes à percepção que os jovens têm acerca do suporte emocional, da sobreproteção e da rejeição em relação aos pais.

Verifica-se que os jovens percebem maior rejeição da parte mãe (M=62,94) do que do pai (M=60,65), maior sobreproteção em relação ao pai (M=24,24) e baixo suporte emocional de ambos os pais (M_{mãe}= 28,56; M_{pai}= 33,77). É de ressaltar que os sujeitos que não responderam aos itens correspondentes à mãe (N= 42) e ao pai (N= 60) pertencem a famílias monoparentais.

Tabela 14

Análise das Subescalas EMBU-A

Subescala	N	M	DP	Intervalo	Mínimo	Máximo
Suporte Emocional						
Mãe	34	28,56	11,73		18	72
Não respondido	17			18 – 72		
Pai	30	33,77	16,98		18	66
Não respondido	21					
Sobreproteção						
Mãe	42	22,67	5,98		10	40
Não respondido	9			10 – 40		
Pai	34	24,24	7,41		10	34
Não respondido	17					
Rejeição						
Mãe	35	62,94	13,62		19	76
Não respondido	16			19 – 76		
Pai	29	60,65	14,94		19	76
Não respondido	22					

N= número de participantes; M= média; DP= desvio padrão

Quanto às diferenças na percepção que os jovens têm acerca da parentalidade referente ao pai e à mãe, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas na sobreproteção ($p = 0,021$), percebendo o pai com maior sobreproteção que a mãe (tabela 15). Foi ainda possível verificar que os jovens percebem maior rejeição em relação à mãe do que ao pai e que o pai fornece maior suporte emocional em comparação com a mãe (apêndice 9).

Tabela 15

Diferenças entre a Percepção da Parentalidade do Pai e da Mãe

Subescala	N	M	DP	T	Df	p
Sobreproteção						
Pai	31	24,55	7,45	2,433	30	0,021
Mãe	31	22,45	6,20			

N= número de participantes; M= média; DP= desvio padrão; $t = t\text{-student}$; $p = \text{sig}$

Ao analisar as diferenças entre as idades dos jovens e a percepção que têm da parentalidade, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas (apêndice 10).

Relativamente à percepção que os jovens têm acerca da parentalidade segundo a tipologia familiar em que se inserem, verifica-se que os jovens provenientes de Famílias Alargadas e Famílias Monoparentais percecionam o pai como dando maior suporte emocional (FA= 33,67%; FM=38,25%) em comparação com a mãe (FA= 28,06%; FM= 26,75%), ao contrário das Famílias Nucleares que percecionam a mãe como dando maior suporte emocional (30,8%; SE_{pai}=29,50%) (apêndice 11).

No que refere à subescala da Rejeição, os jovens de Famílias Nucleares e de Famílias Alargadas percecionam a mãe com maiores níveis de rejeição (FN= 63,10%; FA= 62,53%) em comparação com o pai (FN= 62,20%; FA= 61,00%), pelo contrário nas Famílias Monoparentais existe uma maior percepção de rejeição por parte do pai (65,25%; R_{mãe}= 63,63%).

Parentalidade e Funcionamento Familiar

Por fim, quando relacionado o funcionamento familiar e a parentalidade verifica-se a existência de correlações moderadas, mas estatisticamente significativas, entre a subescala emaranhada com a sobreproteção do pai e da mãe, entre a subescala rígida e a sobreproteção pai e mãe e entre a subescala caótica e a sobreproteção e rejeição do pai e da mãe.

Tabela 16

Correlações entre as Subescalas da FACES IV e do EMBU A

	Emaranhada	Rígida	Caótica
Sobreproteção	-0,450	-0,348	-0,437
Pai	$p= 0,008$	$p= 0,044$	$p= 0,010$
Sobreproteção	-0,456	-0,437	-0,436
Mãe	$p= 0,002$	$p= 0,004$	$p= 0,004$
Rejeição	-0,451	-	-0,591
Pai	$p= 0,014$		$p= 0,001$
Rejeição	-0,487	-	-0,662
Mãe	$p= 0,003$		$p= 0,000$

$p= \text{sig}$

Discussão dos resultados

A presente dissertação foi realizada com o objetivo de compreender como o funcionamento familiar e a parentalidade estão implicados com a prática de comportamentos delinquentes podendo identificar-se quatro resultados fundamentais: 1) Os jovens da presente investigação percecionam-se com níveis médios de prática de comportamentos delinquentes. 2) Não percecionam as suas famílias como sendo disfuncionais, pois pontuaram a família como algo coesa/coesa (nível mais baixo da escalada equilibrada na coesão) como muito flexível (nível mais alto da escala equilibrada da flexibilidade). Nas subescalas desequilibradas (desmembrada, emaranhada, caótica e rígida) os participantes apresentam valores baixos, o que não indica percepção de disfunção familiar. 3) Relativamente à satisfação familiar os jovens sentem-se insatisfeitos com a família. 4) Quando à parentalidade, percecionam elevada rejeição e baixo suporte emocional e baixa sobreproteção.

No que refere à prática de comportamentos delinquentes dos jovens participantes, observou-se que se percecionam como praticantes de alguns dos crimes referidos na escala. Estes resultados foram apenas encontrados no estudo de Pechorro et al. (2015), que concluíram que a amostra forense da sua investigação obteve valores mais altos do que a amostra escolar em termos de delinquência, ou seja, maior envolvimento dos jovens da amostra forense em atividades de tipo criminal. Relativamente às diferenças existentes entre os jovens mais novos e mais velhos, foi possível verificar que os jovens com idades superiores a 17 anos praticam mais crimes, nomeadamente crimes rodoviários, tal como no estudo de Oliveira (2011) em que o número de comportamentos autorrevelados revelou-se superior em adolescentes mais velhos. Apesar de poder acontecer, seria previsível que a percentagem de jovens menores de idade, por não terem carta de condução, não pontuasse tanto na subescala referente a Crimes Rodoviários. Quanto aos valores obtidos da escala em geral, poderá revelar uma normalização dos comportamentos praticados, uma vez que esses comportamentos são praticados pela maioria dos jovens inquiridos.

No que concerne aos resultados obtidos sobre o funcionamento familiar dos jovens institucionalizados em Centros Educativos, observou-se que percecionavam a sua família como pouco coesa e muito flexível. Estes resultados foram também encontrados noutros estudos, como é o exemplo do estudo realizado por Gomes (2013) Nardi e Dell’Aglia (2012) Matherne e Thomas (2001) que concluem que quanto mais baixos forem os níveis de coesão familiar e mais elevados os de flexibilidade familiar, mais elevada é a prática de

comportamentos desviantes apresentados pelos adolescentes. Assim como no estudo de Bischof, Stith e Whitney (1995) que verificaram que os adolescentes praticantes de comportamentos delinquentes percebem as suas famílias como pouco coesas. Os resultados obtidos nas escalas equilibradas (da coesão e flexibilidade) e os resultados baixos obtidos nas sub-escalas desequilibradas apontam para um funcionamento familiar de risco. Teoricamente, a pontuação das subescalas equilibradas deveria refletir-se, em resultados elevados nas subescalas desequilibradas, tal como acontece nos estudos de Gomes (2013) e Gouveia-Pereira (2014) onde a coesão desmembrada e flexibilidade caótica estavam significativamente correlacionadas com o comportamento desviante. Porém esta relação não foi encontrada neste estudo, pois também nestas subescalas as pontuações são baixas, o que não permite confirmar a hipótese da disfunção familiar de desmembramento e caoticidade apontada por alguns estudos aqui apresentados e nas teorias compreensivas da delinquência juvenil. Ainda assim, estes resultados apontam para a percepção de algumas fragilidades e riscos no funcionamento familiar nas dimensões em causa.

Os resultados obtidos sobre o funcionamento familiar dos jovens institucionalizados pela prática de comportamentos delinquentes são também semelhantes aos observados nos estudos de validação da FACES IV de Itália (Koutra, Triliva, Roumeliotaki, Lionis & Vgontzas, 2012) e da Grécia (Baiocco, Cacioppo, Laghi & Tafà, 2013), à exceção da subescala Coesão Emaranhada onde se verifica valores mais elevados. Estes dados são suportados pela literatura, uma vez que as famílias com P.I. delinquente tendem a caracterizar-se por “uma excessiva abertura e por uma orientação claramente centrífuga” (Alarcão, 2002).

O contexto de institucionalização em que estes jovens se encontram poderá ajudar a explicar estes resultados. Face à adversidade que o mesmo implica e considerando a distância que necessariamente a medida tutelar educativa impõe face à família, pode colocar-se a possibilidade da percepção dos jovens sobre as dificuldades vividas na família ser atenuada pela ausência do conflito e problemas e por alguma idealização da família, o que nos parece poder ter uma função protetora da vivência da realidade e das dificuldades da institucionalização.

Não podemos assim inferir, a partir dos resultados obtidos, que o funcionamento familiar esteja diretamente implicado com a prática de comportamentos delinquentes, tal como também concluíram Solkol-Katz, Dunham e Zimmerman (1997) e Neves (2013) nos seus estudos quando referem que a estrutura e funcionamento familiar apenas terão efeito indireto sobre os comportamentos delinquentes praticados pelos jovens, através do controlo

social fornecido pelas relações familiares. Assim como no estudo de Silva (2011), que comparou a perceção do funcionamento familiar em adolescentes institucionalizados e adolescentes em meio familiar, constatou que em ambos os grupos percecionam a família como sendo equilibrada, ou seja, separada ou ligada em termos de coesão e estruturada ou flexível em termos de adaptabilidade familiar.

A confirmar a perceção de um funcionamento de risco, surgem os resultados muito baixos e baixos na satisfação familiar, onde a maioria dos jovens refere sentir-se muito insatisfeito com a sua família. Embora não tenhamos encontrado estudos que confirmem este resultado, podem colocar-se algumas hipóteses explicativas sobre ele. A primeira é a distância em relação à família, que poderá ser geográfica ou pelos contactos mantidos com a família, que se poderão refletir numa baixa satisfação. A segunda, e consequente desta, poderá relacionar-se com a falta de suporte emocional percebido pelos jovens da parte da família, resultado confirmado pelos baixos valores obtidos na subescala de rejeição do EMBU-A. Assim estes jovens percecionam a família como estando pouco disponível, fisicamente e emocionalmente, e por isso sentem-se insatisfeitos. Também as detenções, alterações e ruturas familiares que caracterizam as famílias e as trajetórias destes jovens podem ajudar a explicar a baixa satisfação com a família. No sentido oposto a este resultado, o estudo de Cenkseven e Yasin (2012) reflete que o aumento da satisfação de vida observada a partir da família faz com que adolescentes diminuam a prática de comportamentos delinquentes.

Quanto à parentalidade verificou-se que os jovens percecionam elevada rejeição por parte dos pais. Também o trabalho de Sobreira (2015), Silva (2011), Rohner e Britner (2002) constataram que quanto maior a perceção de rejeição paterna e materna, maior a probabilidade dos adolescentes cometerem atos delinquentes. Sendo que no estudo de Silva (2011) foi também observada uma relação entre os problemas de comportamento e a perceção das práticas educativas parentais, havendo uma relação entre os problemas de comportamento e a rejeição materna e paterna, assim como os problemas de comportamento estão associados a um menor suporte emocional materno e paterno. No estudo realizado por Pacheco (2004) os resultados obtidos indicaram que os jovens percecionavam as mães como menos exigentes, implicado, por isso, pouca supervisão e monitorização do comportamento dos jovens, o que poderá estar também associado à alta rejeição que os jovens sentem por parte das figuras materna e paterna. Quanto ao Suporte Emocional, os jovens percecionam-no como baixo para o pai e a mãe assim como acontece no estudo de Moreira (2013) e Lago

(2009) que apontam que, na sua maioria, estes adolescentes estão inseridos num meio familiar com escassas demonstrações de afeto e que percecionam um estilo relacional paterno de controlo sem afeto, têm maior probabilidade de desenvolver comportamentos delinquentes. Estes resultados poderão estar relacionar-se também com a falta de supervisão parental. A pobre monitorização e supervisão parental dos jovens e ausência de normas educativas familiares predizem a posterior delinquência (Capaldi & Patterson, 1996). Também a qualidade das relações entre os pais e os filhos é primordial, sendo que se a relação for calorosa e afetiva, o índice de delinquência juvenil diminui (Loeber & Dishion, 1983). Uma vez que na presente investigação os jovens percecionam elevados níveis de rejeição e baixos níveis de suporte emocional, é possível que a sua vivência familiar tenha implicado fraca supervisão parental, facilitando que os jovens pratiquem maior número de comportamentos delinquentes.

Conclusão

Concluiu-se neste estudo que os jovens em medida de acolhimento institucional por prática de comportamentos desviantes não percecionam as famílias como disfuncionais mas estão insatisfeitos com elas e percebem, na parentalidade, pouco suporte emocional e elevados níveis de rejeição por parte dos pais.

Estes resultados bem como algumas dificuldades de explicação/fundamentação encontradas podem dever-se a vários fatores metodológicos relacionados com os instrumentos usados e com os procedimentos de recolha e preenchimento dos dados. Apesar da existência de outras escalas que avaliam a percepção dos jovens sobre a prática de comportamentos delinquentes, as suas subescalas avaliam outras dimensões que não as desta investigação e a pouca utilização da escala sobre a delinquência não permite a comparação dos resultados obtidos.

A FACES IV apresenta algumas dificuldades nas subescalas emaranhada e rígida, sendo que alguns itens e a forma como estes foram traduzidos na versão portuguesa parecem não estar a ser bem entendidos pelos participantes, aspeto que já foi identificado noutros trabalhos com a mesma escala. Por outro lado a FACES IV questiona e obriga à reflexão sobre aspetos complexos da família o que pode ter sido doloroso para alguns jovens sendo por eles resolvido com escolha das respostas enquadradas no que seria esperado socialmente e não exatamente ao que sentiam ou pensavam sobre a sua situação. Ou seja, face à

sensibilidade das questões colocadas neste estudo, alguns jovens podem ter optado por defender-se e responder de acordo com o critério da desejabilidade social.

Devido ao contexto de recolha dos dados, em grupo e num momento único, a inexistência de relação prévia e familiaridade da investigadora com os participantes, pode também ter comprometido o processo de recolha dos dados, o que poderá ter resultado num preenchimento menos comprometido e sério dos questionários.

De forma a colmatar as dificuldades descritas anteriormente, seria importante que os questionários fossem preenchidos e explicados individualmente. Também seria conveniente que os investigadores, em futuros estudos sobre o tema em questão, tivessem maior proximidade com os jovens inquiridos, o que faria com que o ambiente de recolha de dados revelasse maior confiança para os jovens.

Tanto a avaliação do funcionamento familiar como da parentalidade foram acedidos através da perceção dos filhos, sem confirmação da informação por parte dos pais. Sugere-se que, para futuras investigações, a avaliação do funcionamento familiar e da parentalidade seja feita também juntos dos pais, de forma a ser possível obter resultados mais fidedignos. Seria ainda interessante para a realização deste estudo a inclusão de raparigas, por forma a comparar a perceção do funcionamento familiar e da parentalidade por género.

Algumas implicações clínicas podem porém retirar-se deste estudo no que diz respeito à intervenção com estes jovens e com as suas famílias. Considerando a importância que a família parece ter neste contexto e problemática, apesar da institucionalização, conclui-se que o envolvimento desta é fundamental para o bem-estar do jovem. Neste sentido devem criar-se condições para que as famílias possam ser ajudadas a mudar aspetos problemáticos do seu funcionamento, a par com a manutenção dos contactos e relação com os jovens.

Bibliografia

- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios Familiares* (2ªed.). Coimbra: Quarteto editora.
- Ausloos, G. (1996). *As competências das Famílias – Tempo, Caos, Processo*. Lisboa. Climepsi Editores.
- Baiocco, R., Cacioppo, M., Laghi, F. & Tafà, M. (2013). Factorial and Construct Validity of FACES IV Among Italian Adolescents. *Journal of Child & Family Studies*, 22, 962-970. doi: 10.1007/510826-012-9658-1
- Benoit, J. C. (2004). *Tratamento das perturbações familiares* (2ª ed). Lisboa: Climepsi editores.
- Bichot, G. P., Stith, S. M. & Whitney, M. L. (1995). Family environments of adolescent sex offenders and other juvenile delinquents. *Adolescence*, 30, 117, 158-170.
- Capaldi, D. & Patterson, G. (1996). Can Violent Offenders be Distinguished from Frequent Offenders: Prediction from Childhood to Adolescence. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 33(2), 206-231.
- Cardoso, A. M. R. (2013). *Um olhar sobre o contexto familiar do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade*. Acedido em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14715/1/2013_AngelaMariaRosasCardoso.pdf
- Carvalho, J., & Esteves, M. L. (2009). Ver a família aos quadrinhos - Redundâncias familiares de indivíduos em situação de reclusão. *INFAD Revista de Psicologia*, 1, 683–692. ISSN: 0214-9877
- Carvalho, M. C. N., & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 22(3), 263–276.
- Costa, M. B. H. (2011). *Práticas parentais, funcionamento familiar e comportamento dos adolescentes*. Acedido em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1705/MARIA%20COSTA.pdf?sequence=1>
- Cenksen, O. F. & Yasin, Y. (2012). The Role of Life Satisfaction on Parenting Styles in Predicting Delinquent Behaviors among Hight School Students. *Educational Sciences: Theory & Practice*, 12(3), 1744-1748.
- Farrington, D. P. (2010). Family Influences on Delinquency. *Juvenile Justice and Delinquency*, 10, 203-222.
- Feijó, M. C., & Assis, S. G. De. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 157–166. doi:10.1590/S1413-294X2004000100017
- Fernandes, I. A. S. (2012). *Delinquência juvenil: vinculação aos pais e educação parental*. Acedido em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67765/2/91881.pdf>

- Gomes, H. M. (2013). *A desviância juvenil em família: O autocontrolo como mediador da relação entre o funcionamento familiar e o comportamento desviante dos adolescentes*. Acedido em <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2518/1/17814.pdf>.
- Gomes, H., & Gouveia-Pereira, M. (2014). Funcionamento familiar e delinquência juvenil : A mediação do autocontrolo. *Análise Psicológica*, 4(32), 439–451. doi: 10.14417/ap.958
- Koutra, K., Triliva, S., Roumeliotaki, T., Lionis, C. & Vgontzas, A. N. (2012). Cross-Cultural Adaptation and Validation of the Greek Version of the Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales IV Package (FACES IV Package). *Journal of Family Issues*, doi: 10.1177/0192513X12462818
- Lacerda, M. I. M. C. (2005). *A percepção das práticas parentais pelos adolescentes: implicações na percepção de controlo e nas estratégias de coping*. Tese de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Lago, T. M. V. M. (2009). *Função paterna e comportamentos delinquentes em rapazes adolescentes*. Tese de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Loeber, R. e Dishion, T. (1983). Early predictors of male delinquency: a review. *Psychological Bulletin*, 94(1), 68-99.
- Mathern, M. M. & Thomas, A. (2001). Family enviornment as a predictor of adolescent delinquency. *Adolescence*, 144(36), 655-664.
- Moreira, S. F. F. (2013). *A relação entre a ausência de suporte afetivo e a delinquência*.
- Nardi, F. L., & Dell’Aglia, D. D. (2012). Adolescentes em conflito com a lei: Percepções sobre a família. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 28(2), 181–191. doi: 10.1590/S0102-37722012000200006
- Nascimento, A. I. C., Teodoro, M. L. F., & Carvalho, M. J. C. (2004). *A influência das relações familiares no comportamento infrator de adolescentes*.
- Neves, A. O. (2013). *Impulsividade, percepção das práticas educativas parentais, comportamentos antissociais e delinquentes em adolescentes: uma amostra em contexto escolar*.
- Nunes, A. I. C. (2014). *Delinquência juvenil, família e internamento: as percepções de jovens a cumprir Medida Tutelar em Centro Educativo*. Acedido em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/78593/2/112695.pdf>
- Oliveira, P. A. S. (2011). *Atitudes e crenças antissociais na delinquência juvenil: diferenças em função da idade, do género, e do padrão antissocial*. Tese de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Olson, D. H. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.
- Olson, D. H. (2011). FACES IV and Circumplex Model: Validation Study. *Journal of Marital & Family Therapy*, 3(1), 64-80.
- Olson, D. H. & Gorall, D. M. (2006). *FACES IV & the Circumplex Model*. Life Innovation, Inc. (<http://www.facesiv.com/pdf/3.innovation.pdf>).
- Pacheco, J. T. B. (2004). *A construção do comportamento anti-social em adolescentes*

autores de atos infracionais: uma análise a partir das práticas educativas parentais e dos estilos parentais. Tese de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Paula, M. L. B., & Assumpção, F. B. (2013). Delinquência juvenil e família. *Revista Psicopedagogia*, 30(91), 43–51.
- Pechorro, P., Vieira, R., Marôco, J., Barroso, R., & Gonçalves, R. A. (2015). Adaptação de uma versão portuguesa da Escala de Delinquência Auto-Relatada Adaptada para adolescentes. *Revista Da Associação Portuguesa de Psicologia*, 29(1), 59–67. ISSN: 2183-2471
- Rebelo, J. M. C. (2008). *Relações familiares e toxicodependência*. Acedido em <https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/11784/4/TESEJoanaMRebelo.pdf>
- Relvas, A. (1996). *O Ciclo Vital da Família: Perspectiva Sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rohner & Britner, (2002). Worldwid mental health correlates of parental acceptance-rejection: Review of cross- cultural and intracultural evidence. *Cross- Cultural Research*, 36, 16-47.
- Silva, M. S. (2011). *Perturbações do comportamento, vinculação, funcionamento familiar e práticas educativas parentais em jovens delinquentes*. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica. Instituto Universitário.
- Silva, C. M. R., Constantino, E. P. & Rondini, C. A. (2012). Família, adolescência e estilos parentais. *Estudos de Psicologia*, 29(2), 221–230. doi:10.1590/S0103-166X2012000200008
- Simões, S., Ferreira, J. J., Braga, S. & Vicente, H. (2015). *Bullying*, vinculação e estilos educativos parentais em adolescentes do 3º ciclo do ensino básico. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamnetal e Social*, 1(1), 30-41.
- Sequeira, J., Cerveira, C. Silva, M. I., Neves, S., Vicente, H., Espírito-Santo, H. & Guadalupe, S. (em preparação, s.d.). Validation of FACES IV for the Portuguese population.
- Sobreira, D. F. S. (2015). *Delinquência Juvenil: estudo sobre famílias de risco*.
- Sokol-Katz, J., Dunham, R. & Zimmerman, R. (1197). Family Structure versus parental attachment in controlling adolescent deviant behavior: a social control model. *Adolescence*, 125(32), 200-215.
- Williams, R. G., & Smalls, E. W. (2015). Exploring a Relationship between Parental Supervision and Recidivism among Juvenile Offenders at a Juvenile Detention Facility. *International Social Science Review*, 90(2).

